



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

Projeto de Lei nº 30/2019 de 04 de Outubro de 2019.

“Dispõe sobre a Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente no Município de Ijaci e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Ijaci aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei.

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.

Parágrafo único - A política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente de Ijaci está regida por esta Lei e pela lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e compreende um conjunto articulado de programas, projetos, ações e serviços governamentais e não governamentais atuantes no município e em cooperação com o Estado e com a União no que couber.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

- I- Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalismo e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;
- II- Políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que delas necessitem;
- III- Programas, projetos e serviços especiais voltados para crianças, adolescentes e seus pais ou responsáveis em situação de risco pessoal, familiar ou social;
- IV- A política socioeducativa destinada à prevenção e ao atendimento em meio aberto de adolescentes em conflito com a lei e suas famílias.

Parágrafo único – O município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude.

Art. 3º - Integram a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

- I- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- II- Conselho Tutelar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

- III- O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;
- IV- O Poder Executivo Municipal através das secretarias e setores municipais encarregados da execução das políticas públicas destinadas ao atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias;
- V- As entidades não governamentais registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que executam programas de atendimento a crianças, adolescentes e famílias.

Art. 4º - O município poderá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III do art. 2º ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio educativos e destinar-se-ão a:

- a) orientação e apoio sócio familiar;
- b) apoio sócio educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semiliberdade;
- g) internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam:

- a) à prevenção e o atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) à identificação e localização dos pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) à proteção jurídico-social;
- d) à oferta de propostas pedagógicas diferenciadas, articuladas com atividades culturais, recreativas e esportivas, que permitam a prevenção à evasão escolar, e inclusão no Sistema de Ensino a qualquer momento ao longo do ano letivo, de crianças e adolescentes fora da escola.

§ 3º - A política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida pelo Ciclo Orçamentário Municipal de longo, médio e curto prazo, identificados pelo Plano Plurianual (PPA), pela lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária (LOA), com Prioridade Absoluta, visando a Proteção Integral se crianças e adolescentes, em obediência ao disposto no artigo 4º, *caput* e alíneas “c” e “d”, da Lei Federal nº 8.069/90, e ao disposto no artigo 227, *caput*, da Constituição da República Federal do Brasil.

§ 4º - Na formulação das peças orçamentárias deverão ser observadas e acolhidas, em regime de Absoluta Prioridade, como determina o artigo 227, *caput*, da Constituição Federal e o artigo 4º, parágrafo único, alíneas “c” e “d”, da Lei Federal nº 8.069/90, as



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACI

Estado de Minas Gerais

deliberações aprovadas pelo Conselho Municipal, exaradas por Resolução, a fim de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

CAPITULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Assistência Social, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do art. 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/90, tendo como função precípua definir, acompanhar, avaliar, coordenar e fixar diretrizes da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, além de monitorar sistematicamente sua execução, inclusive no aspecto orçamentário.

§ 1º - O CMDCA, com órgão responsável por garantir a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, zela pelo princípio da Prioridade Absoluta estabelecido na Constituição Federal artigo 227 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 4º, especialmente no que diz respeito à preferência na formulação e na execução de políticas públicas sociais e na destinação privilegiada de recursos públicos.

§ 2º - As decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da soberania popular, da democracia participativa e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º - Em caso de infringência de alguma de suas deliberações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente representará ao Ministério Público visando à adoção de providências cabíveis, bem assim aos demais órgãos legitimados no artigo 210 da Lei Federal nº 8.069/90, para que demandem em juízo mediante ação mandamental ou ação civil pública.

§ 4º - As resoluções que tratam de deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente destinadas à garantia de direitos das crianças e dos adolescentes serão encaminhadas aos órgãos municipais responsáveis pela execução das políticas públicas e, posteriormente, integrarão o anexo das peças orçamentárias do Município. Quando da execução orçamentária, será priorizada a implementação das ações, serviços e programas destinados ao atendimento da criança, adolescentes e suas respectivas famílias.

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 06 (seis) membros titulares com seus respectivos suplentes em igual número na seguinte conformidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

- I- 03 (três) representantes do Poder Público, a seguir especificados:
 - a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão;
 - c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
- II- 03 (três) representantes da Sociedade Civil escolhidos entre entidades não governamentais, sediadas no município, de atendimento direto, de defesa, de estudos, de pesquisas e garantias dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º - Os conselheiros governamentais serão designados pelo Prefeito dentre pessoas com poder de decisão no âmbito da secretaria que representa.

§ 2º - Os conselheiros governamentais e seus respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos admitindo-se uma única recondução.

§ 3º - Os conselheiros não governamentais serão eleitos pelo voto direto das entidades municipais de atendimento direto, de defesa, de estudos, de pesquisa e de garantia dos direitos da criança e do adolescente, em fórum convocado para este fim mediante edital publicado na imprensa e amplamente divulgado, de iniciativa conjunta do Poder Executivo Municipal e do CMDCA, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência.

§ 4º - Os conselheiros não governamentais e seus respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos admitindo-se uma única recondução.

§ 5º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 6º - A nomeação e posse dos membros do conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecidos os critérios de escolha previstos nesta lei.

§ 7º - É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 8º - O Ministério Público será solicitado a acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral dos representantes das organizações da sociedade civil conforme Resolução 105/2005 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

§ 9º - Não deverão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de seu funcionamento:

- I- Conselhos de políticas públicas;
- II- Representantes de órgão de outras esferas governamentais;
- III- Ocupantes de cargo de confiança e ou função comissionada do poder público na qualidade de representante de organização da sociedade civil;
- IV- Conselheiros Tutelares no exercício da função.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

§ 10 - Também não comporá o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do disposto neste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou em exercício na Comarca, foro regional ou federal.

§ 11 - Ocorre vacância da função de Conselheiro do CMDCA por falecimento, renúncia ou destituição do mandato.

§ 12 - A destituição do mandato ocorre quando o Conselheiro:

- I- Não comparecer a 03 (três) Sessões Plenárias consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, sem apresentar justificativa ou, apresentando, esta não for aceita pelo Conselho;
- II- Houver praticado crime contra a Administração Pública ou contra a criança e o adolescente;
- III- Exercer atividade incompatível com a função;
- IV- Utilizar da função para lograr benefício próprio pra si ou para outrem;
- V- For exonerado de cargo comissionado ou transferido de órgão ou Secretaria Municipal.

Art. 7º - Compete ao Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente:

- I- Conhecer a realidade de seu território de atuação, realizar seu planejamento e elaborar seu plano de ação;
- II- Formular as diretrizes da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução;
- III- Opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente;
- IV- Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os incisos I e III do art. 2º desta lei, bem como sobre a realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;
- V- Elaborar seu regimento interno;
- VI- Gerir o fundo municipal no sentido de definir a utilização dos respectivos recursos por meio de planos de aplicação, alocando recursos para os programas das entidades não governamentais;
- VII- Propor modificações nas estruturas das secretarias e órgãos da administração ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- VIII- Participar e acompanhar a elaboração, aprovação e execução do PPA (Plano Plurianual), da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e da LOA (Lei Orçamentaria Anual), indicando modificações necessárias à consecução dos objetivos da política dos direitos da criança e do adolescente;
- IX- Opinar sobre o orçamento municipal destinado à Assistência Social, Saúde e Educação e demais políticas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como o funcionamento dos Conselhos Tutelares, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

- X- Opinar sobre a destinação dos recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude;
- XI- Proceder o registro das entidades não governamentais de atendimento que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, *caput*, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90;
- XII- Recadastrar as entidades e os programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política traçada para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- XIII- Proceder a inscrição de programas de proteção e sócio educativos de entidades governamentais e não governamentais de atendimento;
- XIV- Fixar critérios de utilização de recursos, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda da criança e do adolescente, órfão, ou abandonado, de difícil colocação familiar;
- XV- Acompanhar e oferecer subsídios na elaboração legislativa local relacionada a garantia dos direitos da criança e do adolescente.
- XVI- Fomentar a integração do Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Segurança Pública na apuração dos casos de denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade que versem sobre ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.
- XVII- Atuar como instância de apoio nos casos de petições, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, participando de audiências ou ainda promovendo denúncias públicas quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente, acolhendo-as e dando encaminhamento aos órgãos competentes.
- XVIII- Integrar-se com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente e demais Conselhos setoriais do município.
- XIX- Eleger, na primeira reunião do CMDCA, o Presidente, o Vice-presidente e o Primeiro e o Segundo Secretários, dentre seus pares.
- XX- Eleger, a cada eleição representantes da sociedade civil, na primeira plenária ordinária subsequente à data da escolha, os novos integrantes da mesa diretoria: Presidente, Vice-Presidente e Secretários.
- XXI- Regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da Lei nº 8.069/90, da Resolução nº 75/2001 (ou de outra que venha a substituí-la ou complementa) e de outras determinadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- CONANDA e da legislação municipal, decidindo sobre os casos omissos nessa matéria.
- XXII- Acompanhar a atuação dos Conselhos Tutelares, verificando o cumprimento integral dos seus deveres institucionais.
- XXIII- Instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de suas funções, observando a legislação municipal pertinente ao processo de sindicâncias ou administrativo/disciplinar, de acordo com a Resolução nº 75/2001 e outras determinações do CONANDA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

- XXIV- Dispor sobre o Regimento Interno do Conselho Tutelar, garantindo a ampla participação de seus representantes no processo.
- XXV- Declarar vacância da função de Conselho Tutelar, dar posse à conselheiro suplente e conduzir procedimento disciplinar.
- XXVI- Regular o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no CMDCA através da constituição de comissão organizadora, resolução e edital.
- XXVII- Solicitar ao chefe do Executivo a indicação de conselheiros titulares e suplentes, em caso de vacância ou término de mandato de representantes do Poder Executivo.
- XXVIII- Promover e apoiar campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente.
- XXIX- Propor a elaboração de estudos e pesquisas com vistas a promover, subsidiar e dar mais efetividade às políticas.
- XXX- Estabelecer normas, mediante Resolução, sobre as matérias de sua competência.

§ 1º - O CMDCA se organizará em:

- a) Plenária, instância máxima de deliberação.
- b) Mesa diretora.
- c) Comissões temáticas permanentes de composição paritária.
- d) Secretaria executiva para os encaminhamentos técnico-administrativos e providências operacionais ao pleno funcionamento do Conselho.

§2º - A composição da mesa diretora respeitará a paridade e a alternância dentre seus membros a cada gestão de mandato, de modo que sempre que a Presidência for representada por membros da sociedade civil, a Vice-Presidência será representada por um membro do Poder Público, valendo o mesmo para a 1º e 2º Secretarias.

Art. 8º - O Conselho Municipal manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único – As despesas com o CMDCA deverão ser inscritas em rubrica própria no orçamento Municipal, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPITULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

Art. 9º - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será gerido e administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, única instância que delibera sobre a aplicação de seus recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACI

Estado de Minas Gerais

§º 1 - O Fundo tem por objetivo facilitar a capacitação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 2º - As ações de que trata o parágrafo anterior referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

§ 3º - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído:

- I- Pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para assistência social voltada à criança e ao adolescente;
- II- Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional do Direitos da Criança e do Adolescente;
- III- Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
- IV- Pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei 8.069/90;
- V- Por outros recursos que lhe forem destinados;
- VI- Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais.

§ 4º - O órgão ordenador de despesas do Fundo terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias para efetivar a liberação do recurso, a contar da data de depósito na conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 5º - As normas para captação, aplicação de recursos financeiros, apresentação, análise e aprovação de projetos e planos de trabalho e celebração de convênios com recursos do FMDCA serão definidas em Resolução específica do CMDCA, a qual terá ampla divulgação.

§ 6º - Os setores públicos e/ou as entidades sociais que pretendam obter apoio financeiro do FMDCA deverão submeter previamente seus projetos à análise do CMDCA para verificação de compatibilidade com as diretrizes da política e com as prioridades definidas para cada período. Os trâmites para transferência de recursos só terão início após a deliberação em plenária e publicação de Resolução.

§ 7º - Os recursos do FMDCA serão aplicados:

- I- No apoio ao desenvolvimento das ações priorizadas na Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente definida pelo CMDCA;
- II- No apoio a projetos e ações de atendimento a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, dentro das competências e atribuições do Município e o fortalecimento da política de atenção a esse público.
- III- No apoio a projetos e ações de enfrentamento de todas as formas de violência, exploração e abuso contra criança e adolescentes; e de erradicação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACI

Estado de Minas Gerais

- de qualquer forma de trabalho infantil e a proteção do trabalhador adolescente, conforme a Lei; de prevenção e/ou o atendimento às situações e uso indevido de drogas;
- IV- No apoio aos programas e projetos de levantamentos, estudos, pesquisas e diagnósticos necessários à execução das ações de promoção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente;
 - V- No apoio à formação de operadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo educadores sociais, técnicos e gestores;
 - VI- No apoio aos programas e projetos de comunicação e de divulgação das ações de defesa dos direitos da criança e do adolescente, que visem a formação de opinião pública favorável aos direitos da criança e do adolescente e que estimulem a participação da sociedade, de acordo com o art. 88 da Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
 - VII- No apoio ao desenvolvimento e à implementação de sistemas de controle e avaliação de políticas públicas, programas governamentais e não-governamentais de caráter municipal, voltados para a criança e o adolescente.

§ 8º - É vedado o uso de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

- I- Pagamento, manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares (ECA, art 134, Parágrafo único);
- II- Manutenção e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III- Políticas públicas que já disponham de fundos específicos;
- IV- Transferência de recursos sem a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como parte da política pública específica;
- V- Investimentos em construção e manutenção de equipamentos públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência;
- VI- Manutenção de entidades de atendimento a crianças, adolescentes e famílias (art. 90, *caput*, da Lei Federal nº 8.069/90).

§ 9º - Fica expressamente vedada a utilização de recursos do FMDCA para a manutenção de quaisquer outras atividades que não sejam as destinadas unicamente aos programas e projetos explicitados nos incisos acima, exceto os casos excepcionais aprovados pela plenária do CMDCA, cuja justificativa deverá ser muito bem fundamentada.

§ 10º - O pagamento de despesas com recursos humanos e reforma/adaptação de espaços físicos só será autorizado desde que expressamente direcionados à execução do projeto.

§ 11º - Os recursos do FMDCA serão movimentados através de conta específica em instituição financeira oficial, permitindo-se sua aplicação no mercado financeiro, na forma da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

§ 12º- A administração operacional contábil do Fundo dos Direitos a Criança e do Adolescente será feita pela Secretaria Municipal de de Desenvolvimento Social, sendo vedada qualquer movimentação de recursos sem autorização expressa da plenária do Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 10 - O Fundo será regulamentado por Decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal.

CAPITULO IV DO CONSELHO TUTELAR

Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 – Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, integrante da Administração Pública Municipal, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida nova recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 12 - Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos por intermédio do voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos do município, em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que também ficará encarregado de dar-lhe a mais ampla publicidade, sendo fiscalizado, desde sua deflagração pelo Ministério Público.

Parágrafo único – O exercício da função de Conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Seção II DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 13 - A candidatura ao cargo de conselheiro tutelar será individual.

Art. 14 - Somente poderão concorrer ao pleito de escolha os que preencherem os seguintes requisitos:

- I- Idoneidade moral, firmada em documento próprio, segundo critérios estipulados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de resolução;
- II- Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III- Residir no município há mais de 02 (dois) anos;
- IV- Estar em gozo dos seus direitos políticos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

- V- Apresentar no momento da inscrição certificado ou declaração de conclusão do ensino médio;
- VI- Formação específica sob o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- VII- Prova de Conhecimentos Específicos;
- VIII- Avaliação Psicológica.

§ 1º - O candidato que for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que pleitear o cargo de Conselheiro Tutelar, deverá pedir seu afastamento no ato da aceitação da inscrição do Conselheiro.

§ 2º - O Cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública.

§ 3º - O cargo de Conselheiro Tutelar exige do candidato disponibilidade de 40 (quarenta) horas semanais para realização de suas atribuições.

§ 4º - Ficam impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº8.069, de 13 de julho de 1990, marido e mulher; ascendentes e descendentes; sogro e genro ou nora; irmãos; cunhados, durante o cunhadio; tio e sobrinho; padrasto ou madrasta e enteado.

§ 5º - Os impedimentos de que trata o parágrafo anterior aplicam-se à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude, em exercício na Comarca.

Art. 15 - O pedido de inscrição deverá ser formulado pelo candidato em requerimento assinado e protocolado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente instruído com todos os documentos necessários a comprovação dos requisitos estabelecidos em edital.

Art. 16 - Cada candidato poderá registrar, além do nome, um codinome, e terá um número oportunamente sorteado pela comissão eleitoral.

Parágrafo único – A candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar é individual e sem vinculação a partido político e/ou a grupo religioso ou econômico.

Art. 17 - Encerradas as inscrições será aberto prazo de 03 (três) dias para impugnação, que ocorrerão da data da publicação do edital no Diário Oficial do Município e em outro jornal local. Ocorrendo aquela, o candidato será intimado, pela mesma foram, para em 03 (três) dias apresentar defesa.

§ 1º - Decorridos esses prazos, será oficiado ao Ministério Público para os fins de cumprimento do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Havendo impugnação do Ministério Público, o candidato terá igual prazo para apresentar defesa, mediante intimação pelos mesmos meios de comunicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

§ 3º - Cumprindo o prazo acima, os autos serão submetidos a Comissão Eleitoral para decidir sobre o mérito, no prazo de 03 (três) dias e, dessa decisão, publicada no Diário Oficial do Município e em outro jornal local, caberá recurso para o Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) dias, que decidirá em igual prazo, publicando sua decisão no Diário oficial do Município e em outro jornal local.

Art. 18 - Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no Diário Oficial do Município e em outro jornal local, com relação dos candidatos habilitados.

Art. 19 - Se servidor municipal ou empregado permanente for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o valor do cargo de Conselheiro ou valor de seus vencimentos incorporados ficando garantidos:

- I- O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;
- II- A contagem de tempo de serviços para todos os efeitos legais.

Seção III

DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art. 20 - O pleito para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será convocado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mediante edital publicado 06 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame, no Diário Oficial do Município e outro jornal local, especificando dia, horário, os locais para recebimento de voto e de apuração.

§1º- O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§2º - A posse dos conselheiros tutelares eleitos ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente a eleição presidencial.

§3º - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 21 - A propaganda em vias ou logradouros públicos obedecerá os limites impostos pela legislação municipal ou às posturas municipais e garantirá a utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

Parágrafo único – O uso da estrutura pública pelo candidato a Conselheiro Tutelar para realização de campanha ou propaganda será penalizado com o cancelamento da candidatura e/ou perda do mandato, a qualquer tempo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

Art. 22 - As cédulas serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal mediante modelo aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e serão rubricados por um membro de Comissão Eleitoral, pelo Presidente da mesa receptora e por um mesário.

§ 1º - O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

§ 2º - Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes e números dos candidatos ao Conselho Tutelar.

§3º- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA poderá optar pela substituição das cédulas por urnas eletrônicas, necessitando para isto, elaborar o software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Município.

Art. 23 - As universidades, escolas, entidades assistenciais, clubes de serviços e organizações da sociedade civil poderão ser convidadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para indicarem representante para comporem as mesas receptoras e/ou apuradoras.

Art. 24 - Cada candidato poderá credenciar no máximo 01 (um) fiscal para cada mesa receptora ou apuradora.

Seção IV

DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 25 – Encerrada a votação, se procederá imediatamente a contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo único – Os candidatos poderão apresentar impugnação à medida em que os votos forem sendo apurados, cabendo a decisão à própria mesa receptora, pelo voto majoritário, com recurso ao Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá em 03 (três) dias, facultada a manifestação do Ministério Público.

Art. 26 - Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com número de sufrágios recebidos.

§1º - Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os seguintes, pelas respectivas ordens de votação, como suplentes.

§ 2º - Os membros escolhidos titulares e suplentes, serão diplomados pelo Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente, com registro em ata, e será oficiado



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

ao Prefeito Municipal para que sejam nomeados com a respectiva publicação no Diário oficial do Município e após, empossados.

§ 3º - Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido maíos número de votos.

Art. 27 - Os membros escolhidos como titulares submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e a treinamentos promovidos pelo Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção V

DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 28 - As atribuições e obrigações dos conselheiros e Conselho Tutelar são constantes da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da Legislação Municipal em vigor.

Art. 29 - O Conselho Tutelar funcionará atendendo, através de seus conselheiros, caso a caso:

- I- De Segunda a Sexta-feira em horário a ser definido por seu regimento interno.
- II- Fora do expediente normal, os conselheiros distribuirão entre si, segundo normas do Regimento Interno a forma de regime de plantão;
- III- Para este regime de plantão, o conselheiro terá seu nome divulgado, conforme constará em Regimento Interno, para atender emergência a partir do local onde se encontra;
- IV- O Regimento Interno estabelecerá o regime de trabalho, de forma a atender às atividades do Conselho, sendo que cada Conselheiro deverá prestar 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único – O regime de plantão dos Conselheiros será regulamentado por decreto do Chefe do Executivo.

Art. 30- Os conselheiros tutelares, após efetivamente empossados na função, escolherão seu Presidente para presidir e coordenar os trabalhos, de acordo com o Regimento interno.

Art. 31 - O Conselho Tutelar é órgão colegiado e somente como tal pode funcionar, sendo suas deliberações tomadas pela maioria simples dos membros do colegiado, sob pena de nulidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

Parágrafo único – As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, mediante provocação da parte interessada ou do Ministério Público.

Art. 32 - O Conselho Tutelar manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento.

Seção VI

DA CRIAÇÃO DOS CARGOS, DA REMUNERAÇÃO E DA PERDA DE MANDATO

Art. 33 - Ficam criados 05 (cinco) cargos em comissão de Conselheiro Tutelar, com mandato de 04 (quatro) anos.

Parágrafo único – A implantação de outros Conselhos Tutelares deverá ser definida após avaliação da sua necessidade, realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo Promotor da Infância e Juventude, o Juiz da Infância e Juventude, observando-se o disposto no artigo 20.

Art. 34 - O exercício da função de Conselheiro Tutelar está vinculado, para fins de contraprestação do serviço prestado, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sendo a remuneração de R\$ 1.288,46 (um mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e seis centavos).

§ 1º - O exercício da atividade de Conselheiro Tutelar não gera vínculo estatutário com o Poder Executivo Municipal de Ijaci, não lhe sendo aplicado o regime jurídico concernente ao servidor público municipal.

§ 2º - Em relação a remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos em favor do sistema previdenciário – INSS.

§ 3º - Fica assegurado aos membros do Conselho Tutelar o direito a:

- I- Cobertura previdenciária;
- II- Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III- Licença maternidade;
- IV- Licença paternidade;
- V- Gratificação natalina.

Art. 35 - As despesas com a execução do artigo 34 desta Lei correrão por conta da dotação própria, consignada no Orçamento municipal, suplementada se necessária, com previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e a remuneração e formação continuada dos Conselheiros Tutelares.

Art. 36 - Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

- I- Infringir no exercício de sua função, a normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- II- Cometer infração a dispositivos do Regimento Interno aprovado por resoluções do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente;
- III- For condenado por crime ou contravenção, em decisão irrecorrível, que sejam incompatíveis com o exercício de sua função;
- IV- Negligenciar no exercício de suas funções.

Parágrafo único – A perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente, mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurada ampla defesa, nos termos do Regimento Interno.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

Art. 37 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar, caso necessário, para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei, encaminhado ao Poder Legislativo planilha para conhecimento.

Art. 38 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais 1.181/2013 e 1.255/2015.

Prefeitura Municipal de Ijaci 04 de outubro de 2019


Fabiano da Silva Moretti
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente,

Srs. Veradores,

Estamos encaminhando o presente Projeto de Lei tendo em vista a necessidade de atualização da legislação Municipal que trata da Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente, uma vez que a mesma encontra-se desatualizada, não correspondendo às exigências do Ministério dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Lei Federal 8.69/90 com suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e Resolução 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

A aprovação do projeto também contribuirá de maneira substancial no aprimoramento da Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente, e evitará complicações futuras em decorrência de uma legislação desatualizada, podendo assim trazer prejuízos a população.

Cabe ressaltar que o projeto em questão foi submetido à análise do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, onde foi aprovado por unanimidade sem ressalvas, conforme cópia da ata anexa.

Por fim submetemos o presente projeto de lei para análise e aprovação desta Egrégia Casa Legislativa.

Prefeitura Municipal de Ijaci, 04 de outubro de 2019.



Fabiano da Silva Moretti

Prefeito Municipal

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às quatorze horas, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Rua Lidefonso Ribeiro de Carvalho nº 132 – Centro – Ijaci – Minas Gerais, foi realizada a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a Presidente do Conselho a Senhora Neuzimar Aparecida Pinheiro, ao verificar que havia quórum suficiente declarou aberta a reunião, apresentando os assuntos que estaria em pauta: Análise e Aprovação de Projeto de Lei que trata da Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente, enviado pelo Poder Executivo e Análise e Aprovação da Proposta de Utilização dos Recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, a Presidente então passou a palavra para o Senhor Márcio Henrique Vieira Faria, que naquele ato estava representando o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, o Senhor Rodolfo de Oliveira Costa, que não pode comparecer a reunião em virtude de compromissos agendados anteriormente, o Senhor Márcio explicou a todos os conselheiros que era necessário atualizar a Lei Municipal que trata da Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente, tendo em vista que a mesma encontra – se desatualizada e não atende as necessidades e exigências da Política Nacional de Atendimento a Criança e ao Adolescente e ao próprio Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, também informou aos conselheiros que eles podiam propor alterações no projeto se assim desejassem, em seguida foi feita a leitura do projeto, que em seguida foi colocado para discussão e votação, após alguns minutos de discussão, os conselheiros sugeriram que se acrescentasse três incisos ao artigo quatorze do projeto, exigindo dos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, formação específica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, prova de conhecimentos específicos e avaliação psicológica, o projeto então foi alterado conforme solicitação dos conselheiros e em seguida aprovado por unanimidade e sem ressalvas, passou – se então para a discussão sobre a utilização dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, o Senhor Márcio apresentou um extrato da conta corrente 73003 – 3, agência 3646, com saldo de R\$ 34.520.25, correspondente aos recursos do FIA, e salientou

que os recursos do FIA deveriam ser gastos em conformidade com a Resolução 137/2010 do CONANDA, que regulamenta entre outras coisas, a aplicação dos recursos do FIA, após alguns minutos de discussão, os conselheiros decidiram que vinte por cento dos recursos ficariam com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e seria utilizado para capacitar os conselheiros tutelares eleitos recentemente e seus suplentes, o restante será disponibilizado para financiar ações conforme o paragrafo terceiro do artigo treze da resolução supracitada, que será regulamentado por meio de edital público posteriormente. Não havendo mais nada a ser tratado, a Presidente, declarou encerrada a reunião, passando – se em seguida para o preenchimento desta ata, que depois de lida, discutida, lavrada e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Ijaci 25 de outubro de 2019.

Marjoram A. Pinheiro

Luiz O. S. Oliveira.

Debra Inara Borges Grandell.

Assueli Alves Guimarães

Ferezinha do Bairro de Carvalho